

Cartilha Aristeu Guida da Silva

Proteção dos direitos humanos de jornalistas e de outros comunicadores e comunicadoras



Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Damares Alves

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais

Milton Nunes Toledo Junior

Secretário Nacional de Proteção Global

Sérgio Augusto de Queiroz

Diretor de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos

Herbert Borges Paes de Barros

Cartilha Aristeu Guida da Silva – 2ª edição – revista e ampliada – 2020**Elaboração**

Bruna Nowak

Dênis Rodrigues

Diony Maria Oliveira

Zuleica Garcia de Araújo

Projeto gráfico e diagramação

Assessoria de Comunicação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Informações

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Assessoria Especial de Assuntos Internacionais

Esplanada dos Ministérios – Bloco A, 9º andar

Brasília/DF – CEP 70.054-906

E-mail: internacional@mdh.gov.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO.....	5
NORMATIVAS INTERNACIONAIS SOBRE LIBERDADE DE PENSAMENTO E DE EXPRESSÃO	6
Organização das Nações Unidas (ONU)	6
<i>Declaração Universal dos Direitos Humanos - Artigo 19</i>	<i>6</i>
<i>Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos - Artigo 19</i>	<i>6</i>
Organização dos Estados Americanos (OEA)	7
<i>Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH)</i>	<i>7</i>
<i>Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem</i>	<i>7</i>
<i>Carta Democrática Americana</i>	<i>7</i>
<i>Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão</i>	<i>8</i>
DIREITOS HUMANOS DE JORNALISTAS E OUTROS COMUNICADORES E COMUNICADORAS.....	9
Direito à integridade pessoal e à vida	9
Direito à liberdade de pensamento e de expressão	9
JORNALISMO E COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE UMA SOCIEDADE INFORMADA E DEMOCRÁTICA	10
O exercício livre do jornalismo e da comunicação em situações de denúncias de crimes	10
O controle da atividade jornalística em contextos de manifestações públicas.....	11
A criminalização da atividade jornalística por autoridades públicas	11
OBRIGAÇÕES DO ESTADO	12
Prevenir os crimes contra as pessoas por razão do exercício de seu direito à liberdade de pensamento e expressão	12
<i>Realizar discursos públicos que contribuam para prevenir a violência contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras.....</i>	<i>12</i>
<i>Realizar campanhas e capacitações de agentes do Estado sobre o papel dos jornalistas e de outros comunicadores e comunicadoras em sociedades democráticas.....</i>	<i>12</i>
Proteger as pessoas que se encontram em risco especial em razão do exercício de sua profissão aplicando medidas individuais de proteção	13
<i>Adoção de reformas legais visando rever a criminalização da liberdade de expressão de jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras</i>	<i>13</i>
Investigar, julgar e punir criminalmente os responsáveis pelos crimes cometidos contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras.....	13
<i>Polícia Judiciária.....</i>	<i>14</i>
<i>Ministério Público.....</i>	<i>14</i>
<i>Poder Judiciário</i>	<i>14</i>
INFORMAÇÕES PRÁTICAS E CONTATOS PARA CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL	15
Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH)	15
Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos	17
<i>Disque 100.....</i>	<i>17</i>
<i>Portal Humaniza Redes.....</i>	<i>17</i>
Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do Conselho	17
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC)	
Ministério Público Federal (MPF)	18
Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA)	18
ALGUMAS ENTIDADES DE APOIO E DEFESA DOS DIREITOS DE JORNALISTAS E OUTROS COMUNICADORES E COMUNICADORAS.....	19



APRESENTAÇÃO

A violência com o intuito de silenciar jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras constitui uma violação do direito à liberdade de expressão das vítimas e gera efeito negativo sobre o exercício da liberdade de expressão das pessoas que exercem atividades jornalísticas e outras ligadas à comunicação, bem como sobre o direito da sociedade de buscar e receber todo tipo de informação e ideias de forma pacífica e livre. Esse tipo de violência constitui uma das formas mais extremas de censura.

No Brasil, o **Caso Aristeu Guida da Silva** pode ser considerado emblemático. Trata-se do assassinato de jornalista defensor da liberdade de expressão, em maio de 1995, no município de São Fidélis, no estado do Rio de Janeiro. Em 1999, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) recebeu da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) petição contra o Estado brasileiro, por conta dessa violência.

Ao elaborar esta Cartilha, o Estado brasileiro cumpre parte das Recomendações emitidas pela CIDH no **Caso Aristeu Guida da Silva**¹, bem como reconhece a relevância das normativas internacionais e padrões interamericanos sobre a proteção dos direitos humanos de jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras, levando em conta elementos fundamentais para a construção de uma sociedade democrática.

¹ A CIDH recomendou ao Estado brasileiro medidas relacionadas à realização de investigação completa, imparcial e efetiva e determinação de responsabilidades correspondentes a implementação das medidas administrativas, disciplinares e penais cabíveis, bem como outras medidas de prevenção e reparação. Essa Cartilha cumpre parcialmente as Recomendações 3 e 4 do Relatório nº 7/16: “3. Adote as medidas necessárias para prevenir os crimes contra as pessoas em razão do exercício do seu direito à liberdade de pensamento e expressão e proteger os jornalistas que se encontrem em risco especial pelo exercício de sua profissão. [...] 4. Repare adequadamente as violações de direitos humanos declaradas no presente relatório, tanto no aspecto material quanto moral, bem como a reivindicação do trabalho do senhor Aristeu Guida da Silva como jornalista, por meio da difusão, em especial nos municípios do estado do Rio de Janeiro, em um formato pedagógico, dos padrões interamericanos aplicáveis em relação aos deveres dos Estados em matéria de prevenção, proteção e realização da justiça em casos de violência cometida contra jornalistas em razão do exercício do seu direito à liberdade de expressão”.



INTRODUÇÃO

A partir da **Cartilha Aristeu Guida da Silva**, o Estado brasileiro tem por objetivo:

- difundir os padrões interamericanos e internacionais de direitos humanos de jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras;
- expor quais são as obrigações firmadas acerca da prevenção de crimes contra as pessoas que estavam no exercício de seu direito de liberdade de pensamento e expressão;
- disseminar os canais de auxílio às pessoas ameaçadas.

Para atingir esses objetivos, o Estado brasileiro convida à implementação dos padrões aqui expostos a fim de:

- reconhecer a importância da liberdade de expressão e de imprensa enquanto direito humano essencial para o devido funcionamento da sociedade democrática;
- difundir as medidas de proteção e segurança que protejam o trabalho de jornalista, comunicadores e comunicadoras;
- incentivar, nos meios de comunicação, espaços que permitam a discussão franca, diversa e plural, fazendo efetivo o direito à informação;
- proteger a segurança de jornalistas, comunicadores e comunicadoras em situações de risco para garantir o respeito pela sua independência profissional;
- fortalecer a liberdade de expressão, incentivando a denúncia de ações violentas, tanto físicas quanto psicológicas, contra jornalistas, comunicadores e comunicadoras;
- promover em diferentes níveis o uso de instrumentos interamericanos e internacionais que protejam, de forma preventiva e/ou punitiva, a liberdade de expressão;
- promover espaços públicos de discussão de conhecimento recíproco, entendimento mútuo, e diálogo sobre o valor da liberdade de expressão na sociedade democrática;
- refletir acerca de alternativas para diminuir os níveis de risco para jornalistas, comunicadores e comunicadoras;
- concorrer para que sejam devidamente investigados e sancionados, em conformidade com a legislação interna, os atentados contra o exercício da liberdade de expressão e crimes contra jornalistas, comunicadores e comunicadoras.



NORMATIVAS INTERNACIONAIS SOBRE LIBERDADE DE PENSAMENTO E DE EXPRESSÃO

Organização das Nações Unidas (ONU)

Declaração Universal dos Direitos Humanos² - Artigo 19

“Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.”

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos³ - Artigo 19

“1. Ninguém poderá ser molestado por suas opiniões; 2. Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha.”

A Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Conselho de Direitos Humanos da ONU, entre outras agências e organismos internacionais, condenaram repetidas vezes a violência contra os jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras e convocaram os Estados a prevenir tais crimes, proteger pessoas em risco e investigar, processar e, se for o caso, punir os responsáveis.

6

Medidas propostas pela ONU para proteção de jornalistas e combate à impunidade de crimes contra profissionais do jornalismo e da comunicação

- i. A adoção de protocolos e métodos de investigação e de ação penal específicos;
- ii. A formação de policiais, Promotores de Justiça e membros do Poder Judiciário em questões relativas à violência contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras;
- iii. O estabelecimento de mecanismos de coleta de informações para a criação de banco de dados sobre ameaças e ataques contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras;
- iv. O estabelecimento de um mecanismo de alerta precoce e resposta rápida para que os jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras, em caso de serem ameaçados, possam recorrer imediatamente às autoridades e às medidas de proteção.

Medidas propostas pela ONU para proteção de jornalistas e combate à impunidade de crimes contra profissionais do jornalismo e da comunicação

- i. A adoção de protocolos e métodos de investigação e de ação penal específicos;
- ii. A formação de policiais, Promotores de Justiça e membros do Poder Judiciário em questões relativas à violência contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras;
- iii. O estabelecimento de mecanismos de coleta de informações para a criação de banco de dados sobre ameaças e ataques contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras;
- iv. O estabelecimento de um mecanismo de alerta precoce e resposta rápida para que os jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras, em caso de serem ameaçados, possam recorrer imediatamente às autoridades e às medidas de proteção.⁴

² Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Assinada pelo Brasil nessa mesma data.

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>.

³ Adotado pela Resolução 2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966. Ratificado pelo Brasil em 6 de julho de 1992.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm.

⁴ NACIONES UNIDAS. ASSEMBLEIA GENERAL. A/HRC/33/L.6.

Disponível em: <https://documents-ddsny.un.org/doc/UNDOC/LTD/G16/211/97/PDF/G1621197.pdf?OpenElement>.



Organização dos Estados Americanos (OEA)

Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH)⁵ - Artigo 13 - Liberdade de pensamento e de expressão

“1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.

2. O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei e ser necessárias para assegurar: a) o respeito aos direitos ou à reputação das demais pessoas; ou b) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas.

3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões.

4. A lei pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia, com o objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da infância e da adolescência, sem prejuízo do disposto no inciso 2.

5. A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.”

Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem⁶

Capítulo Primeiro – Direitos - Artigo IV

“Toda pessoa tem direito à liberdade de investigação, de opinião e de expressão e difusão do pensamento, por qualquer meio.”

Carta Democrática Americana⁷

Artigo 4

“São componentes fundamentais do exercício da democracia a transparência das atividades governamentais, a probidade, a responsabilidade dos governos na gestão pública, o respeito dos direitos sociais e a liberdade de expressão e de imprensa.”

Para a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão, vinculada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), os Estados têm o dever de investigar, identificar, julgar e punir todos os autores de tais crimes, incluindo os autores materiais, intelectuais, partícipes, colaboradores e os eventuais ocultadores das violações de direitos humanos cometidas. Os Estados devem também investigar as estruturas de execução dos crimes ou estruturas criminosas às quais pertençam os agressores.⁸

⁵ Também é conhecida como Pacto de San José da Costa Rica. Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos realizada em San José/Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. Ratificada pelo Brasil em 25 de setembro de 1992. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/convencion.asp>.

⁶ Aprovada na IX Conferência Internacional Americana realizada em Bogotá/Colômbia, em abril de 1948. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/declaracion.asp>.

⁷ Aprovada em 11 de setembro de 2001, em sessão especial da Assembleia da OEA, realizada em Lima/Peru. Disponível em: http://www.oas.org/OASpage/port/Documents/Democractic_Charter.htm.

⁸ CIDH. Relatoria Especial para la Libertad de Expresión – Estudio Especial Sobre la Situación de las Investigaciones sobre el Asesinato de Periodistas por Motivos que Pudieran estar Relacionados con la Actividad Periodística – Período 1995-2005. Disponível em: <http://www.cidh.org/relatoria/section/Asesinato%20de%20Periodistas.pdf>.



Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão⁹

“1. A liberdade de expressão, em todas as suas formas e manifestações, é um direito fundamental e inalienável, inerente a todas as pessoas. É, ademais, um requisito indispensável para a própria existência de uma sociedade democrática.

[...]

5. A censura prévia, a interferência ou pressão direta ou indireta sobre qualquer expressão, opinião ou informação através de qualquer meio de comunicação oral, escrita, artística, visual ou eletrônica, deve ser proibida por lei. As restrições à livre circulação de ideias e opiniões, assim como a imposição arbitrária de informação e a criação de obstáculos ao livre fluxo de informação, violam o direito à liberdade de expressão.

6. Toda pessoa tem o direito de externar suas opiniões por qualquer meio e forma. A associação obrigatória ou a exigência de títulos para o exercício da atividade jornalística constituem uma restrição ilegítima à liberdade de expressão. A atividade jornalística deve reger-se por condutas éticas, as quais, em nenhum caso, podem ser impostas pelos Estados.”

Parâmetros interamericanos para a apuração de crimes contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras

- i.** Agir com a devida diligência e esgotar as linhas de investigação ligadas ao exercício profissional da vítima, tendo em conta a complexidade dos fatos, o contexto no qual o crime ocorreu e as motivações relacionadas ao crime, garantindo que não haja omissões na coleta de provas. Caso contrário, haverá menos chance de obter resultados positivos, o que poderá levantar questões sobre a concreta vontade das autoridades de resolução do caso;
- ii.** Realizar investigação dentro de um prazo razoável, evitar atrasos ou perturbações injustificadas que possam conduzir à impunidade;
- iii.** Atrasos excessivos na investigação do crime podem constituir por si sós violação de garantias judiciais da vítima e seus familiares;
- iv.** É importante suprimir obstáculos legais à investigação e à punição de crimes graves contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras. A CIDH chamou atenção especialmente sobre o uso de leis gerais de anistia que dificultam ou impedem a investigação de violações graves de direitos humanos cometidas contra estes/as profissionais;
- v.** Facilitar a participação de vítimas ou seus familiares em todas as etapas e instâncias da investigação e do julgamento correspondente.¹⁰

⁹ Aprovada pela CIDH, em outubro de 2000.

Disponível em: <https://cidh.oas.org/basicos/portugues/s.convencao.libertade.de.expressao.htm>.

¹⁰ CIDH. Relatório Especial para la Libertad de Expresión – Actos de Violencia Contra Periodistas.

Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/brochures/violencia-periodistaslargo.pdf>.



DIREITOS HUMANOS DE JORNALISTAS E OUTROS COMUNICADORES E COMUNICADORAS

Direito à integridade pessoal e à vida

- A violência contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras compromete os direitos à integridade pessoal, à vida e à liberdade de pensamento e expressão. Do mesmo modo, a ausência da devida diligência¹¹ por parte dos Estados na investigação, persecução penal e punição de todos os responsáveis pode gerar uma violação adicional aos direitos de acesso à justiça e às garantias judiciais das pessoas vitimadas e seus familiares.
- O exercício efetivo dos direitos à integridade pessoal e à vida supõe tanto obrigações positivas quanto negativas, que significam os deveres do Estado em, respectivamente, prestar assistência e se abster de intervir nas relações interpessoais a fim de garantir a liberdade dos indivíduos.
- Pode-se dizer que as pessoas sujeitas à jurisdição de um Estado podem ter os seus direitos humanos violados por atos de agentes estatais ou condutas perpetradas por terceiros, que, caso não sejam investigados e punidos, podem resultar na responsabilização do Estado pelo descumprimento da obrigação positiva de garantir a proteção judicial. No caso de pessoas em situação de especial vulnerabilidade, a responsabilidade do Estado também pode ocorrer quando não forem adotadas medidas para prevenir ações que prejudiquem o gozo dos seus direitos humanos.
- Os Estados membros da OEA, como é o caso do Brasil, estão obrigados a assegurar que seus agentes não violem diretamente os direitos à vida e à integridade pessoal. Ou seja, os Estados têm a obrigação negativa de se abster de realizar atos que possam violar esses direitos de forma direta, como cometer atos de violência contra seus cidadãos.

Direito à liberdade de pensamento e de expressão

- A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos aponta que a falta de cumprimento da obrigação de investigar atos de violência, incluindo ameaças e hostilizações, contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras implica o descumprimento das obrigações de respeitar e garantir o direito à liberdade de pensamento e de expressão.
- Ademais, ao ratificar a Declaração de Chapultepec¹², o Estado brasileiro externou o entendimento de que toda pessoa tem o direito de buscar e receber informação, expressar opiniões e divulgá-las livremente.

¹¹ Entende-se por devida diligência a ação imediata e meticulosa a ser realizada pelo Estado para prevenir, investigar e punir todos os atos de racismo, discriminação e violência.

¹² Carta com princípios básicos para o exercício da profissão de jornalista redigida durante a Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão realizada em Chapultepec, na cidade do México, em 11 de março de 1994. O documento, assinado por chefes de Estado, juristas e entidades ou cidadãos comuns, foi assinado pelo Brasil.

Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?artID=537&lID=4>.



JORNALISMO E COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE UMA SOCIEDADE INFORMADA E DEMOCRÁTICA

- O Estado brasileiro entende que não há pessoas nem sociedades livres sem liberdade de expressão e de imprensa, sendo seu exercício um direito inalienável.¹³
- O exercício do jornalismo e da comunicação é crucial para o efetivo gozo da liberdade de expressão coletiva, a qual facilita o diálogo, a participação social e a democracia. Ausente a liberdade de expressão, e especialmente sem liberdade de imprensa, é impossível ter cidadania informada, ativa e comprometida. A segurança de jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras para o pleno exercício de suas funções propicia o ambiente necessário para que as pessoas possam acessar informações de qualidade e participar ativamente do espaço público.¹⁴
- No contexto da realização de eleições, por exemplo, jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras desempenham papéis essenciais, entre eles o de informar o público sobre candidatos e candidatas, suas plataformas e os debates. É preocupante que haja um aumento de ataques contra jornalistas durante os períodos eleitorais, pois esse contexto pode inibir sua atuação como meio de informação à sociedade em uma democracia, causando grave prejuízo ao exercício dos direitos políticos de todas as pessoas.¹⁵

O exercício livre do jornalismo e da comunicação em situações de denúncias de crimes

- Dados apontam números crescentes da atuação violenta do crime organizado contra os comunicadores e comunicadoras que expõem denúncias de corrupção.¹⁶ Não obstante, foi verificado que os mais graves atos de violência contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras nas Américas são cometidos por atores não estatais, principalmente por grupos criminosos.¹⁷
- Considerando que jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras mantêm a sociedade informada sobre crimes relacionados à corrupção e à atuação de milícias, por exemplo, a violência contra profissionais do jornalismo objetivando impedir a ampla divulgação de tais crimes impede a sociedade de cobrar das autoridades públicas o enfrentamento da criminalidade organizada, bem como prejudica a transparência no uso de recursos públicos. Nesse sentido, o Estado brasileiro tem o compromisso de não sancionar qualquer meio de comunicação ou jornalista por difundir a verdade, criticar ou fazer denúncias.¹⁸

¹³ Declaração de Chapultepec –

Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?artID=537&IID=4>.

¹⁴ UNESCO. Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade.

Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/official_documents/UN_Plan_Action_PR.pdf.

¹⁵ NACIONES UNIDAS. ASSEMBLEIA GENERAL. A/HRC/33/L.6.

Disponível em: <https://documents-ddsny.un.org/doc/UNDOC/LTD/G16/211/97/PDF/G1621197.pdf?OpenElement>.

¹⁶ UNESCO. Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade.

Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/official_documents/UN_Plan_Action_PR.pdf.

¹⁷ CIDH. Relatório Especial para la Libertad de Expresión – Violencia contra Periodistas y Trabajadores de Medios: Estándares Interamericanos y Prácticas Nacionales sobre Prevención, Protección Y Procuración de la Justicia.

Disponível em: http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/informes/2014_04_22_Violencia_ESP_WEB.pdf.

¹⁸ Declaração de Chapultepec – Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?artID=537&IID=4>.



O controle da atividade jornalística em contextos de manifestações públicas

- Em situações de manifestações públicas e protestos, a CIDH chama atenção para os atos de violência contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras nos países das Américas, especialmente envolvendo forças policiais e militares destinadas a controlar ações populares em tal contexto.¹⁹

A criminalização da atividade jornalística por autoridades públicas

- A violência contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras também pode se traduzir no uso da legislação penal para criminalizar suas atividades em contextos de denúncia de autoridades estatais. Assim, segundo a CIDH, autoridades do Estado, como membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, talvez tentem reprimir e inibir expressões críticas que são dirigidas à sua atuação ou à do Poder do qual fazem parte.²⁰
- A ameaça a jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras com base no delito de desacato ou de difamação pode resultar no efeito silenciador que afeta não apenas profissionais, mas também toda a sociedade.²¹

¹⁹ CIDH. Relatoría Especial para la Libertad de Expresión – Violencia contra Periodistas y Trabajadores de Medios: Estándares Interamericanos y Prácticas Nacionales sobre Prevención, Protección Y Procuración de la Justicia. Disponível em: http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/informes/2014_04_22_Violencia_ESP_WEB.pdf.

²⁰ CIDH. Relatoría Especial para la Libertad de Expresión – CIDH – Violencia contra Periodistas y Trabajadores de Medios: Estándares Interamericanos y Prácticas Nacionales sobre Prevención, Protección Y Procuración de la Justicia. Disponível em: http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/informes/2014_04_22_Violencia_ESP_WEB.pdf.

²¹ CIDH. Relatoría Especial para la Libertad de Expresión – CIDH – Violencia contra Periodistas y Trabajadores de Medios: Estándares Interamericanos y Prácticas Nacionales sobre Prevención, Protección Y Procuración de la Justicia. Disponível em: http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/informes/2014_04_22_Violencia_ESP_WEB.pdf.



OBRIGAÇÕES DO ESTADO

Prevenir os crimes contra as pessoas por razão do exercício de seu direito à liberdade de pensamento e expressão

Realizar discursos públicos que contribuam para prevenir a violência contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras

- É essencial que se adote uma política pública geral de prevenção da violência e crimes contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras, de modo a sinalizar para a sociedade que essas práticas constituem graves ameaças à democracia.²² No âmbito da política pública geral, há que se compilar e manter estatísticas precisas sobre esse tipo de violência para elaborar medidas de prevenção, bem como implementar e avaliar políticas públicas eficazes de proteção e responsabilização criminal de violência contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras.²³
- As autoridades públicas têm a obrigação de condenar veementemente agressões contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras e encorajar as autoridades competentes a agir com a devida diligência e rapidez na investigação dos fatos e na punição dos responsáveis.²⁴
- Os agentes do Estado não devem adotar discursos públicos que exponham jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras a maior risco de violência ou aumentem sua vulnerabilidade. É essencial que autoridades estatais reconheçam constante, explícita e publicamente a legitimidade e o valor do jornalismo e da comunicação, mesmo em situações em que a informação divulgada possa ser crítica ou inconveniente aos interesses do governo.²⁵

Realizar campanhas e capacitações de agentes do Estado sobre o papel dos jornalistas e de outros comunicadores e comunicadoras em sociedades democráticas

- A capacitação de agentes do Estado, em especial das forças policiais e do Sistema de Justiça, sobre o respeito ao exercício do jornalismo e da comunicação e a sua importância para a democracia é medida essencial para prevenir a violência contra profissionais de jornalismo e outros comunicadores e comunicadoras.²⁶

As organizações de mídia e as organizações não-governamentais de defesa de comunicadores e comunicadoras têm um importante papel na tarefa de prevenir a violência contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras, realizando campanhas sobre a relevância da comunicação nos diversos meios, e contribuindo para salvaguardar a segurança destes profissionais com apoio para sua proteção por meio de equipamentos e cursos. Em caso de violência, é essencial o suporte psicológico e econômico para jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras, bem como para seus familiares.

²² CIDH. Relatoría Especial para la Libertad de Expresión – Violencia contra Periodistas y Trabajadores de Medios: Estándares Interamericanos y Prácticas Nacionales sobre Prevención, Protección Y Procuración de la Justicia. Disponível em: http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/informes/2014_04_22_Violencia_ESP_WEB.pdf.

²³ CIDH. Relatoría Especial para la Libertad de Expresión – Actos de Violencia Contra Periodistas. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/brochures/violencia-periodistaslargo.pdf>.

²⁴ CIDH. Relatoría Especial para la Libertad de Expresión – Actos de Violencia Contra Periodistas. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/brochures/violencia-periodistaslargo.pdf>.

²⁵ CIDH. Relatoría Especial para la Libertad de Expresión – Violencia contra Periodistas y Trabajadores de Medios: Estándares Interamericanos y Prácticas Nacionales sobre Prevención, Protección Y Procuración de la Justicia. Disponível em: http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/informes/2014_04_22_Violencia_ESP_WEB.pdf.

²⁶ CIDH. Relatoría Especial para la Libertad de Expresión – Violencia contra Periodistas y Trabajadores de Medios: Estándares Interamericanos y Prácticas Nacionales sobre Prevención, Protección Y Procuración de la Justicia. Disponível em: http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/informes/2014_04_22_Violencia_ESP_WEB.pdf.



Proteger as pessoas que se encontram em risco especial em razão do exercício de sua profissão aplicando medidas individuais de proteção

- As organizações de mídia devem promover a segurança de jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras, oferecendo formação e orientação adequadas em matéria de segurança, riscos, segurança digital e autoproteção, bem como, se necessário, equipamentos de proteção e serviço de seguro. Assim, as organizações devem elaborar protocolos de segurança e formação adequada para reduzir os riscos de jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras permanentes ou freelancers.²⁷
- É importante contar com medidas de proteção de jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras que se encontram em risco especial, de modo a evitar o dano à sua integridade pessoal, bem como com medidas que tomam em consideração as necessidades individuais, a sua profissão, gênero e outros aspectos.²⁸

Adoção de reformas legais visando rever a criminalização da liberdade de expressão de jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras

- Mostra-se imperioso rever leis, regulamentos e práticas nacionais que impedem ou limitam a capacidade de jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras de realizar seu trabalho de forma independente e sem interferência indevida.²⁹
- Além disso, há que se rever os crimes que incidem sobre a atividade jornalística e que limitam a liberdade de expressão, como os de difamação e de desacato.³⁰ Nesse sentido, a Relatoria Especial da CIDH para a Liberdade de Expressão apontou a necessidade de revogar normas que criminalizam a expressão jornalística, como os crimes de desacato ou de difamação, que, nesse contexto, atentam contra a liberdade de expressão e o direito à informação.³¹
- Recomenda-se que a legislação penal introduza uma categoria específica de crimes cometidos em represália ao exercício de liberdade de expressão.³²

Investigar, julgar e punir criminalmente os responsáveis pelos crimes cometidos contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras

- A impunidade relativa aos atos de violência contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras é um dos principais obstáculos à segurança desses profissionais. Desse modo, a responsabilização por crimes cometidos contra esses profissionais é um elemento-chave na prevenção de futuros atos de violência. A Assembleia Geral das Nações Unidas condena veementemente a impunidade decorrente de ataques e de atos de violência contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras e observa com preocupação que a grande maioria desses crimes ficam impunes, o que contribui para sua repetição.³³

²⁷ CIDH. Relatoría Especial para la Libertad de Expresión – Actos de Violencia Contra Periodistas.

Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/brochures/violencia-periodistaslargo.pdf>.

²⁸ CIDH. Relatoría Especial para la Libertad de Expresión – Violencia contra Periodistas y Trabajadores de Medios: Estándares Interamericanos y Prácticas Nacionales sobre Prevención, Protección Y Procuración de la Justicia.

Disponível em: http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/informes/2014_04_22_Violencia_ESP_WEB.pdf.

²⁹ NACIONES UNIDAS. ASSEMBLEIA GENERAL. A/HRC/33/L.6.

Disponível em: <https://documents-ddsny.un.org/doc/UNDOC/LTD/G16/211/97/PDF/G1621197.pdf?OpenElement>.

³⁰ UNESCO. Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade.

Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/official_documents/UN_Plan_Action_PR.pdf.

³¹ CIDH. Relatoría Especial para la Libertad de Expresión – Violencia contra Periodistas y Trabajadores de Medios: Estándares Interamericanos y Prácticas Nacionales sobre Prevención, Protección Y Procuración de la Justicia.

Disponível em: http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/informes/2014_04_22_Violencia_ESP_WEB.pdf.

³² CIDH. Relatoría Especial para la Libertad de Expresión – Actos de Violencia Contra Periodistas.

Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/brochures/violencia-periodistaslargo.pdf>.

³³ NACIONES UNIDAS. ASSEMBLEIA GENERAL. A/HRC/33/L.6.

Disponível em: <https://documents-ddsny.un.org/doc/UNDOC/LTD/G16/211/97/PDF/G1621197.pdf?OpenElement>.



- A impunidade dos delitos contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras acarreta um efeito inibitório do exercício da liberdade de expressão, o que repercute diretamente sobre a qualidade da democracia que, por sua vez, pressupõe a livre circulação de ideias e de informação.³⁴
- O assassinato, o terrorismo, o sequestro, as pressões, a intimidação, a prisão injusta de jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras, a destruição material dos meios de comunicação, qualquer tipo de violência e de impunidade dos agressores afetam seriamente a liberdade de expressão e de imprensa. Estes atos devem ser investigados com presteza e punidos severamente.³⁵

Polícia Judiciária

- A investigação do crime cometido contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras precisa ser imparcial, completa, independente e eficaz, e precisa incluir todas as pessoas envolvidas, inclusive intermediárias e aquelas que ordenaram a prática do crime.
- Em alguns casos, se revela essencial para a devida investigação a criação de comissão ou grupo independente e especial de investigação.³⁶

Ministério Público

- A indicação de Promotores de Justiça especializados em casos cujas vítimas são jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras é uma medida significativa para conferir maior eficácia às investigações e às ações penais.³⁷

Poder Judiciário

- É significativo que o Poder Judiciário considere a possibilidade de realizar atividades de formação e de sensibilização sobre as obrigações e compromissos que impõem o Direito Internacional dos Direitos Humanos em relação à violência contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras.³⁸

³⁴ Relatório Especial Violencia contra Periodistas y Trabajadores de Medios: Estándares Interamericanos y Prácticas Nacionales sobre Prevención, Protección Y Procuración de la Justicia.

Disponível em: http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/informes/2014_04_22_Violencia_ESP_WEB.pdf.

³⁵ Declaração de Chapultepec

Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?artID=537&IID=4>.

³⁶ NACIONES UNIDAS. ASSEMBLEIA GENERAL. A/HRC/33/L.6.

Disponível em: <https://documents-ddsny.un.org/doc/UNDOC/LTD/G16/211/97/PDF/G1621197.pdf?OpenElement>.

³⁷ NACIONES UNIDAS. ASSEMBLEIA GENERAL. A/HRC/33/L.6.

Disponível em: <https://documents-ddsny.un.org/doc/UNDOC/LTD/G16/211/97/PDF/G1621197.pdf?OpenElement>.

³⁸ NACIONES UNIDAS. ASSEMBLEIA GENERAL. A/HRC/33/L.6.

Disponível em: <https://documents-ddsny.un.org/doc/UNDOC/LTD/G16/211/97/PDF/G1621197.pdf?OpenElement>.



INFORMAÇÕES PRÁTICAS E CONTATOS PARA CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH)

- O Estado brasileiro implementa um conjunto de ações para proteção de defensores de direitos humanos, incluindo jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras no exercício dos seus direitos à liberdade de pensamento e expressão.
- Para além das instituições responsáveis pela investigação, julgamento e punição de possíveis crimes cometidos contra o exercício desses direitos, há ações de prevenção e proteção que visam garantir a inclusão de jornalistas e comunicadores e comunicadoras no escopo das políticas públicas de defesa dos direitos humanos.
- Destaca-se que os Programas de Proteção não realizam busca ativa por pessoas em risco, já que foram desenhados para atuação pontual nos casos em que forem demandados.
- A inscrição nesses Programas é feita a partir da manifestação de vontade expressa da vítima em participar. Assim, o ingresso e a permanência nos Programas são voluntários. Ou seja, mesmo após ser acolhida, a pessoa protegida não está obrigada a permanecer.
- Em casos urgentes, onde não há tempo hábil para a realização de análise pela equipe do PPDDH, o/a Defensor/a de Direitos Humanos ou a Porta de Entrada solicitante da proteção deverão acionar os Órgãos de Segurança Pública, responsáveis constitucionalmente pela preservação e incolumidade das pessoas, consoante artigo 144 da Constituição Federal.

O PPDDH foi instituído pelo Estado brasileiro em 2004, com a finalidade de articular medidas para a proteção de pessoas que tenham seus direitos ameaçados em decorrência da sua atuação na promoção ou defesa dos direitos humanos.

Em 2007, por meio do Decreto 6.044, foi aprovada a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, estabelecendo princípios e diretrizes de proteção a defensores e defensoras dos direitos humanos, conforme as leis brasileiras e os tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

Em 03 de setembro de 2018, foi publicada a Portaria nº 300, na qual o Ministério dos Direitos Humanos incluiu explicitamente comunicadores e comunicadoras sociais no rol de defensores e defensoras dos direitos humanos a ser protegido no âmbito do PPDDH, que passou a se chamar Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas:

Nesse sentido, o Artigo 2º, inciso II, dessa Portaria contempla:

II - comunicador social com atuação regular em atividades de comunicação social, seja no desempenho de atividade profissional ou em atividade de caráter pessoal, ainda que não remunerada, para disseminar informações que objetivem promover e defender os direitos humanos e que, em decorrência da atuação nesse objetivo, estejam vivenciando situações de ameaça ou violência que vise a constranger ou inibir sua atuação nesse fim;

Em 24 de Julho de 2019, foi publicado o Decreto nº 9.937, que instituiu formalmente a nova nomenclatura do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, reforçando o compromisso do Estado brasileiro com a manutenção da política de proteção aos direitos humanos.

O PPDDH objetiva a articulação com entidades governamentais e organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, além da estruturação de rede de proteção a defensores e defensoras dos direitos humanos, envolvendo todas as esferas de governo e organizações da sociedade civil, em prol do fortalecimento da ação individual e coletiva frente às violações que sofrem.



O objetivo do Programa não está voltado apenas à proteção da vida, da integridade física de defensores e defensoras dos direitos humanos ou à promoção de suas atividades, mas também e, principalmente, a atuar na origem e nas causas estruturais das ameaças. Para que alguém seja incluído no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, é preciso atender aos seguintes requisitos:

- Apresentar voluntariedade;
- Representar um coletivo;
- Ter o reconhecimento das pessoas como representante legítimo deste coletivo;
- Ter o reconhecimento de outras instituições que atuam na promoção ou defesa dos direitos humanos;
- Estar à frente das questões que envolvem a comunidade;
- Não violar outros direitos.

Além de ser devidamente comprovada, a ameaça tem que estar necessariamente ligada às atividades do(a) requerente enquanto defensor/a de direitos humanos.

Além dos programas estaduais ou nacional, o/a defensor/a poderá procurar auxílio nas redes de direitos humanos, nas organizações da sociedade civil, no Ministério Público ou qualquer outro órgão público.

Podem fazer solicitação de inclusão no Programa:

- O/a próprio/a defensor/a ou outra pessoa em seu nome;
- Redes de direitos humanos;
- Entidades e organizações da sociedade civil;
- Ministério Público;
- Qualquer outro órgão público que tome conhecimento da ameaça a que a pessoa esteja exposta.

A requisição de inclusão no Programa pode ser feita por e-mail, carta ou ofício endereçado à Coordenação Estadual, caso o estado do defensor tenha Programa próprio, ou à Coordenação-Geral do Programa Nacional, caso o estado ainda não seja conveniado.

As medidas protetivas articuladas pelo Programa visam garantir que o/a defensor/a permaneça em seu local de atuação e compreendem:

- Visita ao local de atuação do/a defensor/a para análise preliminar do caso e da ameaça;
- Realização de audiências públicas;
- Publicização da atividade do/a defensor/a e do Programa;
- Articulação com órgãos envolvidos na solução das ameaças;
- Articulação com outras políticas públicas;
- Acompanhamento das investigações e denúncias;
- Monitoramento por meio de visitas periódicas ao local de atuação do/a defensor/a para verificar a permanência do risco e a situação de ameaça;
- Retirada provisória do/a defensor/a do seu local de atuação, em casos excepcionais e emergenciais, e por, no máximo, 90 dias;
- Articulação da proteção policial – ronda, deslocamento ou integral (24 horas) – em casos de grave risco e vulnerabilidade. Essa articulação ocorre em casos excepcionais com forças de segurança, pois o PPDDH não possui força policial própria;
- Articulação para acompanhamento ou assistência jurídica, psicológica e assistencial por meio de políticas públicas.

Mais informações:

<http://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/programas-de-protecao/ppddh-1>

Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos

Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas

E-mail: defensores@mdh.gov.br

Tel.: +55 (61) 2027-3539



Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos atua como meio de comunicação da sociedade com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com a missão de manter um canal acessível e permanente entre a sociedade e os/as gestores/as públicos/as responsáveis por essas áreas político-institucionais, assegurando à população a oportunidade de registrar suas reclamações e denúncias de violações de direitos humanos.

Disque 100³⁹

Serviço de utilidade pública de emergência. Funciona por meio do telefone gratuito tridígito 100. Coordenado pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, esse serviço está consolidado como referência ao atendimento de pessoas vítimas de violações de direitos humanos.

Portal Humaniza Redes⁴⁰

Canais na Internet exclusivos para recebimento de denúncias de violações de direitos humanos ocorridas na Internet.

Clique 100⁴¹ – ou fora da Internet – **Ouvidoria Online**⁴².

Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do Conselho

Focaliza o exercício de liberdade de pensamento e expressão de comunicadores e comunicadoras, mesmo que não tenham registro profissional, a exemplo de integrantes de rádios comunitárias ou de autores/as de blogs, que necessitem de proteção ao exercício de seu direito à liberdade de expressão.

Mais informações:

Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Site: <http://www.mdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh>

E-mail: cndh@mdh.gov.br

Twitter: twitter.com/conselhodh

Facebook: facebook.com/conselhodedireitoshumanos

Telefone: +55 (61) 2027-3293

³⁹ <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/disque-100-1/disque-100>.

⁴⁰ <https://www.humanizaredes.gov.br/>.

⁴¹ <https://www.humanizaredes.gov.br/disque100/>.

⁴² <https://www.humanizaredes.gov.br/ouvidoria-online/>.



Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) Ministério Público Federal (MPF)

Zela pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias para a garantia desses direitos. Busca dialogar e interagir com órgãos de Estado, organismos nacionais e internacionais e representantes da sociedade civil, persuadindo os poderes públicos para a proteção e defesa dos direitos individuais indisponíveis, coletivos e difusos.

A PFDC é representante do MPF no Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (Provita). Além de solicitar o ingresso de vítima ou testemunha no Provita, a PFDC/MPF zela, em especial, pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como pelos direitos e garantias individuais das pessoas beneficiadas pelo Programa de Proteção.

Mais Informações:

Site: pfdc.pgr.mpf.mp.br

Sala de atendimento do cidadão: <http://www.mpf.mp.br/servicos/sac>

Telefone: +55 (61) 3105-6001

Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA)

18

O **Provita** é coordenado pelo MMFDH e tem por finalidade fornecer apoio jurídico, psicossocial, proteção à integridade física de testemunhas, vítimas e familiares de vítimas de violência que estiverem sendo coagidas ou expostas a grave ameaça, em razão de crime no qual estejam envolvidos ou do qual tenham conhecimento, e que desejem colaborar com as autoridades policiais ou com o processo judicial.

Por cuidar de vítimas e testemunhas, o **Provita** atua de forma a preservar a identidade, imagem e dados das pessoas protegidas, agindo com base no sigilo e na realocação da pessoa protegida.

São requisitos legais de ingresso nesse Programa:

- Situação de risco (a pessoa deve ser coagida ou estar exposta a grave ameaça);
- Colaboração (a situação de risco em que se encontra a pessoa deve decorrer, numa relação de causalidade, da colaboração por ela prestada a procedimento criminal em que figure como vítima ou testemunha);
- Personalidade e conduta compatíveis (as pessoas a serem incluídas no Programa devem ter personalidade e conduta compatíveis com as restrições de comportamento a eles inerentes, em razão das normas de segurança);
- Inexistência de limitações à liberdade (é necessário que a pessoa esteja no gozo de sua liberdade);
- Anuência da pessoa protegida (o ingresso no Programa, as restrições de segurança e demais medidas adotadas terão sempre a ciência e concordância da pessoa protegida);
- Não possuir Programa de Proteção no estado de origem do processo-crime.

Além do Programa Federal, estados da federação contam com o Programa Estadual de Proteção às Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais, política pública que visa garantir o direito à proteção do Estado a todas as pessoas que tenham conhecimento de fatos relacionados com a prática de ilegalidades e que, em razão da revelação desses fatos em procedimento investigatório administrativo, policial ou judicial, possam vir a sofrer, sofreram, ou estejam sofrendo violência ou ameaça à sua integridade física ou moral, ou à integridade de seus familiares.



ALGUMAS ENTIDADES DE APOIO E DEFESA DOS DIREITOS DE JORNALISTAS E OUTROS COMUNICADORES E COMUNICADORAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

Site: <http://www.abi.org.br/>

Tel.: +55 (21) 2282-1292

Abraji - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

Site: www.abraji.org.br

Email: abraji@abraji.org.br

Tel.: +55 (11) 3159-0344

ANJ - Associação Nacional de Jornais

Site: www.anj.org.br

E-mail: anj@anj.org.br

Tel.: +55 (61) 2104-4646

Artigo19 Brasil

Site: artigo19.org

E-mail: comunicacao@artigo19.org

Tel.: +55 (11) 3057-0042 / 3057-0071

Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas

Site: fenaj.org.br

E-mail: fenaj@fenaj.org.br

Tel.: +55 (61) 3244.0650 / 3244.0658

International Federation of Journalists

Site: <https://www.ifj.org/>

E-mail: ifj@ifj.org

Tel: + 32 (0) 2 235 22 00

Tel: +32 (0)2 235 22 19

Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social

Site: intervozes.org.br

E-mail: intervozes@intervozes.org.br

Tel.: +55 (11) 3877 0824

RSF - Repórteres sem Fronteiras

Site: <https://rsf.org/pt/brasil>

E-mail: [secretariat\[at\]rsf.org](mailto:secretariat[at]rsf.org)

Tel.: 0033 (0) 1 44 83 84 84

SIP - Sociedad Interamericana de Prensa

Site: pt.sipiapa.org

E-mail: info@siapiapa.org

Tel: +1 (305) 634-2465

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro⁴³

Site: <http://sindicatojornalistasrj.org.br/>

E-mail: jornalistasfluminenses@gmail.com

Tel: +55 (21) 2722-2144

Sindicato dos Jornalistas do Município do Estado do Rio de Janeiro

Site: <https://jornalistas.org.br>

E-mail: sindicato-rio@jornalistas.org.br

⁴³ Com sede em Niterói (RJ) é uma instituição constituída para fins de representação legal e defesa dos interesses materiais e morais da categoria profissional dos jornalistas, com base territorial extensiva a todo o Estado do Rio, com exceção somente do município do Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS

